

Ipasp é A para o TCESP

Dos 219 municípios, apenas 4, entre eles Piracicaba, aparecem com gestão altamente efetiva

Romualdo Cruz Filho

Da Gazeta de Piracicaba

romualdo.cruz@gazetadepiracicaba.com.br

O Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba (Ipasp) recebeu nota máxima no Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária (IEG-PREV), do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), pela qualidade de gestão previdenciária em 2020. O indicador avalia se a visão e os objetivos estratégicos dos municípios e do regime previdenciário do servidor público, que foram alcançados de forma efetiva.

O IEG-PREV abrange 219 cidades do Estado de São Paulo e apura a situação previdenciária dos municípios, com foco naqueles com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Desses apenas quatro receberam a nota A (altamente efetiva) no anuário 2021 (exercício 2020): Piracicaba, Sorocaba, Indaiatuba e Guaraci.

"É com muito orgulho e satisfação que recebemos essa avaliação extremamente positiva do TCESP, principalmente diante do contexto que foi 2020, de pandemia e



Antônio Carlos Gonçalves Alves

'Estamos fazendo uma gestão responsável, objetivando a confiança e a segurança dos servidores'

instabilidade econômica, assim como a Reforma Previdenciária", destaca o presidente do Ipasp, Antônio Carlos Gonçalves Alves, Kaká.

De acordo com Kaká, o resultado mostra a eficiência da gestão do Instituto que envolve toda a equipe, além

dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Ele ressalta que a avaliação do TCESP mostra o trabalho positivo que vem sendo realizado sempre com o objetivo de promover o fortalecimento do Instituto. "Estamos fazendo uma gestão responsável, ob-

jetivando a confiança e a segurança dos servidores, uma vez que o Ipasp é o maior patrimônio do servidor estatutário".

Repasses

Para equilibrar o fundo de

Divulgação

previdência dos servidores que entraram até 2003 no serviço público, pelo regime estatutário, estão previstos para o ano que vem repasses municipais de aproximadamente R\$ 129 milhões, com rubrica na Lei Orçamentária Anual (LAO), aprovada na quarta-feira (01) pelo Legislativo. São cerca de R\$ 112,4 milhões oriundos da prefeitura, R\$ 15,8 milhões do Sema e outros R\$ 920 mil da Câmara de Vereadores.

O instituto conta hoje com 3 mil funcionários ativos contribuintes, mais cerca de 2.100 aposentados e outros 600 pensionistas. "Temos desenvolvido um trabalho muito bom com a gestão pública e o governo municipal tem cumprido integralmente com seus compromissos financeiros referentes aos servidores individuais e à contribuição patronal, para complementar a insuficiência da folha dos beneficiários do instituto", explicou Kaká. O fundo de repasse, segundo ele, é para os servidores que entraram até 2003, e o fundo de reserva, para os que entraram a partir de 2004, sendo que este último está superavitário.